

RADAR STOCCHE FORBES - BANCÁRIO

Fevereiro 2022

Medidas relacionadas ao PIX

BACEN edita norma que altera dispositivos relacionados à regulamentação aplicável do PIX

Em 25 de janeiro de 2022, o Banco Central do Brasil ("<u>BACEN</u>") editou a Resolução BCB 181 ("<u>Resolução BCB n° 181</u>") que altera o Regulamento anexo à Resolução BCB n° 1, de 12 de agosto de 2020 ("<u>Resolução BCB n° 1</u>") para alterar determinados dispositivos relacionados ao PIX.

Com o objetivo de tornar o sistema mais eficaz, melhorar gerenciamento de liquidez dos participantes do PIX provedor de conta transacional, e garantir a devida responsabilização dos participantes, a Resolução BCB n° 181 estabeleceu as seguintes alterações:

I. <u>Retenção da solicitação do PIX</u>
<u>Agendado:</u> a solicitação de um PIX
Agendado deve ficar retida nos
sistemas internos do participante

- provedor de conta transacional, não sensibilizando os saldos em conta transacional do usuário pagador, até o momento da efetiva iniciação do PIX, quando passa a seguir o fluxo normal de um PIX.
- II. Ampliação das hipóteses de rejeição da transação pelo participante prestador de serviço de pagamento <u>do usuário pagador:</u> além hipóteses anteriormente previstas, a transação no âmbito do PIX deverá reieitada pelo participante prestador de serviço de pagamento do usuário pagador quando (a) houver problemas na autenticação do usuário pagador; envolver (b) movimentação de recursos oriundos de usuários pagadores sancionados por resoluções do Conselho Segurança das Nações Unidas, na

forma prevista na Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, e conforme própria editada disciplina pelo BACEN; ou (c) houver inconsistência entre a transação e os parâmetros atribuídos às transações finalidade de saque ou de troco, inclusive no que se refere aos limites de valor estabelecidos pelo BACEN em documento específico, à natureza jurídica do usuário recebedor e aos participantes podem que iniciar transações com essas finalidades.

III. Aumento das hipóteses de rejeição da transação pelo participante prestador de serviço de pagamento do usuário recebedor: em complementação à normativa

existente, a transação no PIX deverá reieitada pelo participante prestador de servico de pagamento do usuário recebedor quando: (a) houver fundada suspeita de fraude; (b) houver problemas na identificação do usuário recebedor; ou (c) o agente transacões saque. nas finalidade de sague ou de troco, não tiver sido habilitado para viabilizar a facilitação de serviço de saque, nos termos definidos pelo BACEN em documento específico.

A Resolução BCB n° 181 entrou em vigor em 1° de fevereiro de 2022 e pode ser acessada <u>aqui</u>.

BACEN comunica ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais vinculados a chaves PIX

Em 21 de janeiro de 2022, o BACEN comunicou a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais vinculados a chaves PIX sob a guarda e a responsabilidade da Acesso Soluções de Pagamento S.A., em virtude de falhas pontuais em sistemas dessa instituição de pagamento.

O incidente de segurança não envolveu dados sensíveis, como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas ou outras informações sob sigilo bancário, e os usuários que tiveram dados cadastrais expostos serão notificadas exclusivamente por meio do aplicativo ou pelo *internet banking* da sua instituição de relacionamento.

De acordo com o BACEN, foram adotadas as ações necessárias para a apuração detalhada do caso e serão aplicadas as sanções previstas na regulação vigente.

O comunicado emitido pelo BACEN pode ser acessado <u>aqui</u>.

Outras notícias relevantes

CMN aperfeiçoa regras aplicáveis a contas destinadas ao recebimento de créditos de organismos internacionais

Em 27 de janeiro de 2022, o Conselho Monetário Nacional ("<u>CMN</u>") editou a Resolução CMN nº 4.841 ("<u>Resolução CMN nº 4.981</u>") que estabelece regras aplicáveis a contas designadas para o recebimento de créditos de organismos internacionais.

A Resolução CMN nº 4.981 altera a Resolução nº 3.844, de 23 de março de 2010, ("Resolução nº 3.844"), que dispõe sobre o capital estrangeiro no país e seu registro no BACEN, e dá outras providências.

Após a alteração realizada pela Resolução CMN nº 4.981, autoriza-se que entidades da administração direta e indireta dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal possam ser titulares, em bancos autorizados a operar em câmbio, de contas em moeda estrangeira vinculadas a operações de crédito externo (contas designadas) concedido por organismos internacionais e agências governamentais estrangeiras.

O propósito dessa alteração é, portanto, simplificar o procedimento para abertura de contas designadas - special accounts -

denominadas moeda em estrangeira destinadas exclusivamente recebimento de operações de crédito externo concedidas por organismos internacionais. Dessa forma, a partir da entrada em vigor da norma, entidades da administração direta e indireta de Estados, Distrito Federal Municípios е não precisarão de autorização específica para serem titulares destas contas em bancos autorizados a operar em câmbio.

A Resolução CMN nº 4.841 entrou em vigor na data da sua publicação, em 31 de janeiro de 2022, e pode ser acessada <u>aqui</u>.

Contatos para eventuais esclarecimentos:

HENRIQUE BONJARDIM FILIZZOLA E-mail: hfilizzola@stoccheforbes.com.br

BERNARDO KRUEL DE SOUZA LIMA E-mail: blima@stoccheforbes.com.br

MARCOS CANECCHIO RIBEIRO

E-mail: mribeiro@stoccheforbes.com.br



O Radar Stocche Forbes - Bancário é um informativo mensal elaborado pelo departamento de Bancário do Stocche Forbes Advogados, que tem por objetivo informar nossos clientes e demais interessados sobre os principais temas que estão sendo discutidos atualmente nas esferas administrativa e judicial, bem como as recentes alterações legislativas e regulamentares no âmbito do direito bancário brasileiro.

Esse boletim tem caráter meramente informativo e não deve ser interpretado como um aconselhamento legal.

www.stoccheforbes.com.br